

PERSPECTIVAS DE TRABALHO DOCENTE PARA AS MESTRAS E DOUTORAS NEGRAS NO BRASIL: algumas reflexões.

Renata Janaína do Carmo¹
Daniela Oliveira Ramos dos Passos²

Resumo

Com o objetivo de dar continuidade aos estudos científicos iniciados na graduação, estudantes pós-graduadas/os e recém-formadas/os, procuram trabalhar em instituições de ensino superior no sentido de se tornarem docentes pesquisadoras/es. Atualmente, o mercado de trabalho e de produção da ciência, está escasso no Brasil e se encontra extremamente seletivo, absorvendo mão-de-obra de maneira bastante excludente. As mulheres negras pós-graduadas para atingirem esse nicho, precisam traçar esse caminho de uma forma desafiadora, perpassando por obstáculos ou interseccionalidades que ocorreram desde a graduação. Nessa conjuntura, o objetivo desse texto é tentar refletir acerca da formação acadêmica no nível da pós-graduação (mestrado e doutorado) e sua relação com a formação e práticas docentes exercidas nas IES (públicas e privadas) por parte das mulheres negras no país. Como base de análise foram utilizados dados estatísticos apresentados pelo Censo da Educação Superior do ano de 2020, realizado pelo INEP e dados disponibilizados pela CAPES. Esses dados foram essenciais para a comprovação do contexto das salas de aula e da produção das ciências dentro das Instituições de Ensino Superior- IES do país por parte das contribuições dessas mestras e doutoras negras. Posto isso, utilizamos para reflexão abordagens discursivas das/os autoras/es que tratam sobre o assunto, por exemplo: Kimberlé Crenshaw, Aline Pereira da Costa, Irene Gomes, Mônica Marli, Nilma Lino Gomes, Antônio Joaquim Severino e Paulo Alberto dos Santos Vieira.

Palavras-chave: Docentes negras; Educação Superior; Pós-graduação.

Introdução

No Brasil, a formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* possui grande relação para com o exercício de atividades docentes e/ou investigativas. As/Os mestras/es e doutoras/es

¹ Mestranda em Educação e Formação Humana - PPGE-UEMG, renata.carmo@uemg.br.

² Doutora em Sociologia/UFMG. Docente: Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil. daniela.passos@uemg.br

formadas/os nesses espaços, caso tenham interesse em exercer suas atividades de trabalho vinculadas às suas formações, precisam engajar-se em espaços que promovam o desenvolvimento da ciência e da pesquisa. Nessa perspectiva, o lócus da produção científica acaba por ocorrer, majoritariamente nas instituições escolares (universidades, faculdades, institutos, centros universitários) e com uma pequena parcela, nos laboratórios públicos e nas instituições privadas.

Nesse sentido, o ambiente escolar dos Programas de Pós-graduação do país possui grande responsabilidade na produção e perpetuação da ciência e do conhecimento, Severino (2009) contribui ao expor que:

A única justificativa substantiva que pode sustentar a existência da pós-graduação é sua destinação à produção do conhecimento através da pesquisa articulada à formação de novos pesquisadores. Trata-se de se fazer ciência e não apenas transmiti-la. (SEVERINO, 2009, p.16)

Sendo assim, tanto a/o professora/or quanto a/o orientadora/or, nos Programas e na Pós-graduação, precisam direcionar a relação de ensino e aprendizagem com seus estudantes, para métodos de investigações científicas que promovam a promoção da pesquisa-ação. O ato de lecionar em um Programa de Pós-graduação requer um desempenho da/o professora/or para além do ato de ensinar, essa/e professora/or precisa instigar seus estudantes para o espírito investigativo.

Severino (2009, p.19) destaca que esse espaço acadêmico precisa ser um ambiente problematizador e em permanente interação com a produção acumulada da área. A/O pesquisadora/or precisa estar imerso “[...] num universo teórico e conceitual, onde se encontrem as coordenadas epistemológicas, políticas e antropológicas de toda discussão relevante e crítica da área.”

A/O estudante inserido nesse ambiente escolar de produção do conhecimento científico tem como um de seus compromissos, a construção da cidadania, entendida como a forma de expressão de uma qualidade de vida que seja aval da emancipação humana. (SEVERINO, 2019)

Dessa forma, o contexto escolar de formação superior, se configura como um grande responsável pela formação humana e cidadã de seus estudantes, pois além de incentivar a produção do conhecimento numa perspectiva social, precisa considerar as diversidades de vivências dos grupos sociais que almejam frequentá-lo.

Para ingresso nesses espaços existem formas de seleção que, na maioria das vezes, avaliam os conhecimentos adquiridos por esses candidatos sem considerar as diferentes oportunidades de aprendizagem vivenciadas os grupos étnico-raciais. Considerar que as/os estudantes negras/os e brancas/os possuíram as mesmas oportunidades de aprendizagem, ou seja, considerar que elas/es tiveram as mesmas condições para aprovação, significa fechar os olhos para toda a historicidade de exploração, de necessidades, e quebras de direitos pelos quais os ascendentes desses grupos perpassaram na história desse país.

A legislação atual brasileira expõe que todos os brasileiros são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Partindo disso, crianças negras, são inseridas formalmente no sistema educacional, porém apesar de possuírem esse direito, elas não conseguem exercê-lo em sua plenitude. Costa, Martins e Silva (2020) explicam que:

O que acontece é a constituição de uma lógica que gera um tipo de “inclusão excludente”, em que ao mesmo tempo insere os sujeitos no sistema capitalista e educacional, mas demarca os lugares a serem ocupados por eles na sociedade. De acordo com Souza et al. (2011, p. 253): A exclusão includente é uma lógica que priva os sujeitos de participarem de forma plena do mundo do trabalho, precariza os direitos trabalhistas e a educação, dialeticamente estão relacionada: a inclusão excludente, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar sustentam o sistema capitalista criando reservas de mão de obra barata. (COSTA; MARTINS; SILVA, 2020, p.11)

Os autores destacam que essa privação de direitos acontece desde a mais tenra idade e, numa perspectiva de análise racial, traz como consequência, uma realidade de privação do exercício de cidadania plena, bem como a acessibilidade de recursos básicos, bens materiais, desenvolvimento educacional e profissional, e que consequentemente perpetuará as disparidades sociais entre as populações negras e brancas no Brasil.

A escassez de políticas educacionais que garantam o acesso, a permanência e mobilidade educacional, seja no ensino básico, seja no ensino superior, por parte dos grupos raciais negros, acaba por configurar também o espaço acadêmico da formação superior. Essas pessoas negras, ficam impossibilitadas de ocupar os espaços de ensino superior, uma vez que não tiveram as mesmas oportunidades de aprendizagem das pessoas brancas, devido ao fato de em muitas vezes, elas serem obrigadas a suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Atualmente, apesar de existirem políticas de ações afirmativas direcionadas para esses grupos

raciais, elas são insuficientes para suprir todas as necessidades pelos quais essas pessoas demandam para acessarem e permanecerem no ensino superior. Paulatinamente, algumas pessoas excluídas das oportunidades de aprendizagem escolar, têm conseguido, com suas trajetórias de muita resistência, formar-se nos níveis superiores (graduação e pós-graduação). Faz-se mister observar, que esses grupos são uma minoria se considerarmos o quantitativo atual da população negra do Brasil.

Ao se fazer um recorte de gênero para com esse quantitativo de pessoas negras que buscam uma formação superior, esses dados se apresentam ainda mais excludentes. Possuir a cor negra no Brasil é trazer na pele um marcador racial muito forte, e, ser mulher é adicionar a esse marcador, mais um potencial de exclusão. No decorrer desse texto iremos identificar através de dados estatísticos como isso acontece no ramo da produção ciência brasileira tanto na formação superior graduação, quanto no exercício do trabalho docente feminino negro nas Instituições de Ensino Superior- IES.

Dados Estatísticos e Reflexões

Para Severino (2019) a pesquisa no campo geral das ciências, tem forte compromisso com a consolidação da cidadania e deve privilegiar temáticas socialmente relevantes, contribuindo assim, para a emancipação dos homens. Nesse sentido, procura-se no desenvolver desse texto, identificar através de reflexões embasadas em dados estatísticos, as perspectivas cidadãs de exercício do trabalho docente por parte mulheres negras mestras e doutoras no ano de 2020 no Brasil.

O ato de propor um estudo e análise de dados estatísticos, deve levar em conta a base de dados, categorias e conceitos em que o órgão de levantamento utiliza em suas pesquisas, com isso, precisamos identificar o conceito de cor e raça que se propõe utilizar. Considerando que iremos discorrer sobre dados estatísticos levantados pelo INEP, faz-se necessário utilizar a base conceitual em que esse instituto se baseia. Por ser um órgão do governo federal e observando os dados identificados, pontua-se que ele utiliza como base a forma de identificação racial utilizada pelo IBGE.

Dessa forma, Gomes e Marli (2018) relatam que conforme Leonardo Athias, pesquisador do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, o critério de identificação racial é multidimensional,

pois vários fatores (cor da pele, ancestralidade, origem e até classe social) influenciam na autoclassificação e autodeclaração dos entrevistados³ e por isso, atualmente, as pesquisas do referido instituto são fechadas, ou seja, com opções já estabelecidas. Com isso, o sistema de classificação adotado se apoia em cinco categorias, consolidadas em uma longa tradição de pesquisas domiciliares, porém elas são passíveis de críticas. Uma dessas críticas aos usos dessas categorias está relacionada a data de sua criação, datadas de desde 1872⁴, com pequenas modificações nesse período, formuladas por uma elite dominante que desconsidera as diversidades regionais do país. Apesar das críticas nos usos dessas categorias, importante destacar que, de certa forma, elas possuem utilidade no sentido de evidenciar a desigualdade racial nos indicadores sociais do país.

Toda classificação é uma simplificação da realidade. Muitas vezes o objetivo de classificar, para [atender] os objetivos estatais de proteger minorias, mostrar desigualdades e balizar políticas, pode não coincidir com o objetivo de identificar, ou seja, mostrar como as pessoas se enxergam em sua diversidade, avalia Leonardo apud Gomes e Marli (2018, p. 17).

Nessa perspectiva, esse texto baseou-se no uso do termo negro como uma forma de agregar o somatório de duas categorias – pretos e pardos- utilizadas nos censos organizados pelo IBGE. A junção dessas categorias tornou-se essencial no sentido de gerar um cenário problematizador acerca das situações sociais vividas por esses grupos humanos.

Nos levantamentos dos dados estatísticos apresentados no decorrer desse texto, buscou-se nos sites oficiais do governo federal: Ministério da Educação - MEC, Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – CAPES; informações atualizadas acerca do quantitativo de docentes em exercício nas Instituições de Ensino Superior - IES no Brasil, num recorte de gênero e racial, identificando suas formações acadêmicas, suas áreas de atuação, considerando o ano 2020.

De posse dos dados, procurou-se evidenciar as informações mais pertinentes relacionadas com as propostas desse texto, importante destacar que existem muitos dados do Censo da Educação

³ Vide Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População realizada em 2008 com o objetivo de compreender melhor e contribuir para o aprimoramento do sistema de classificação de cor ou raça utilizado pelo IBGE. Nessa pesquisa podemos compreender a diversidade de autodeclarações existentes nas diversas regiões do país.

⁴ Leonardo Athias apud Gomes e Marli (2018, p. 17) cita uma famosa frase utilizada entre os estudiosos de cor e raça do Instituto. “o ponto positivo da classificação no Brasil é que ela vem desde 1872. E o ponto negativo é que ela vem desde 1872.” Marta Antunes apud Gomes e Marli (2018, p. 17) indaga que essas categorias podem ser repensadas, mas ainda não há entre os estudiosos um consenso para substituí-las: como trocar essas categorias sem perder a série histórica e sem atrapalhar a política pública que já está calcada em cima desses termos?

Superior –MEC que não foram considerados e que servem de embasamento para mais reflexões sobre o ensino superior no Brasil.

De acordo com o Censo da Educação Superior do ano de 2020, no Brasil há predominância de discentes dos cursos de graduação, de sexo feminino, matriculados nas instituições privadas, e de raça/etnia branca (tabelas 1, 2 e 3). Esse destaque étnico racial de estudantes brancos sobrepõe ao somatório de pessoas pretas e pardas conforme podemos identificar nas tabelas 1, 2, 3 e 4. Esses dados já nos trazem informações importantes no que se trata da busca por uma formação ao nível de graduação, com destaque da presença das mulheres e da busca por instituições privadas de ensino superior.

Tabela 1- Discentes de cursos de graduação presencial e a distância-2020

Unidade da Federação	Total
Brasil – Pública e Privada	8.680.354
Pública	1.956.352
Privada	6.724.002

Fonte: Censo da Educação Superior-Inep/MEC -2020⁵

Tabela 2- Discentes de cursos de graduação presencial e a distância por gênero-2020

Total	Masculino	Feminino
8.680.354	3.658.356	5.021.998

Fonte: Censo da Educação Superior-Inep/MEC -2020⁶

Tabela 3- Discentes de cursos de graduação identificados por cor/raça- 2020

Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada	Não dispõe da informação
8.680.354	3.683.844	617.302	2.648.105	142.911	47.267	1.532.648	8.277

Fonte: Censo da Educação Superior-Inep/MEC -2020⁷

Os números mencionados na tabela 3, indicam que o quantitativo de pessoas negras (somatório

⁵ Dados retirados da tabela 1_3, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

⁶ Dados retirados da tabela 1_3, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

⁷ Dados retirados das tabelas 1_10, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

de pretas e pardas) formadas nas IES é muito baixo, ou seja, o afunilamento da acessibilidade a educação superior se intensifica a medida do avanço da modalidade de formação e se estende até o exercício do trabalho docente.

Analisando de uma forma mais profunda os dados levantados na tabela 3, a presença de estudantes pretos é ínfima, os dados dos estudantes brancos diferem dos estudantes pretos em 3 milhões, mesmo com a presença das políticas de ação afirmativa direcionadas para negros (pretos e pardos), mais especificamente, com a implantação das cotas raciais⁸ nas instituições de ensino brasileiras completando 10 anos no país.

Na tabela 4 identificamos as áreas de formação mais procuradas pelos estudantes de uma forma mais geral, ou seja, as áreas mais matriculadas por estudantes de graduação estão relacionadas às atividades de negócios, administração e direito; saúde e bem estar; e educação. Nesse sentido, nessas áreas com maior número de matrículas que estão as maiores oportunidades de formação para as mulheres no Brasil, ou seja, essas áreas de formação estão em maior quantidade de oferta de vagas, oferecendo assim, maiores oportunidades de ingresso.

Fato curioso a se pensar é acerca das intencionalidades dessas ofertas de cursos de graduação existentes no Brasil. Numa interpretação mais superficial⁹, não se deve deixar de observar que as áreas de maior ascensão social, produção de ciência, recebimento de melhores salários, estão em menor oferta de vagas, a saber: programas básicos, ciências naturais, matemática e estatística.

Tabela 4- Quantitativo de matrículas por grandes áreas em cursos de graduação presencial e a distância Brasil-2020

Grandes áreas	Total	Porcentagem %
Programas básicos	21.789	0,2
Educação	1.671.427	19,2
Artes e humanidades	198.212	2,3
Ciências sociais, jornalismo e informação	463.650	5,3
Negócios, administração e direito	2.641.163	30,4
Ciências naturais, matemática e estatística	123.127	1,4
Computação e tecnologias da informação e comunicação (TIC)	399.655	4,6
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	277.891	3,2

⁸ Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/resistencias-politicas-de-acao-afirmativa-no-ensino-superior-para-alem-das-cotas>. Acesso em 05 ago. 2022

⁹ Muito se tem a pensar acerca desses dados.

Saúde e bem estar	1.684.039	19,4
Serviços	218.390	2,5
Engenharia, produção e construção	981.011	11,3
Total	8.680.354	100

Fonte: Censo da Educação Superior-Inep/MEC -2020¹⁰

Viera (2016, p.2) discorre seu pensamento afirmando que “Esta situação é comum em todas as esferas de sociabilidade no país: universidades, cargos públicos e mercado de trabalho estão assim organizados. Ou seja, excludentes sob o prisma étnico-racial.”

Nessa reflexão, entram os autores Costa, Martins e Silva (2020) que relatam:

O negro é quem possui menor acesso à educação formal, e, quando esse acesso é possibilitado, ele ocorre de forma precária, ou seja, com atendimento não satisfatório, seja pela falta de infraestrutura adequada das instituições, pela ausência de meios que possibilitem melhor aprendizagem, como remuneração de professores e funcionários, ou pela inexistência ou existência insuficientes de escolas em áreas marginalizadas, entre outras. (COSTA; MARTINS; SILVA, 2020, p. 4)

Os autores destacam que o negro se apresenta como um ser morto em sua totalidade no sistema educacional, uma vez que ele não aparece fisicamente, intelectualmente, historicamente, ou é colocado em no lugar daquele que se pode facilmente descartar. Esse apagamento das identidades negras é pensado pelos autores como uma necroeducação pelo fato de animalizar, subalternizar, silenciar, (sub)representar no sistema educacional os estudantes negros, deixando morrer aquele que se quer extinguir. “Temos uma política de morte epistêmica, simbólica, imagética, identitária do negro nas políticas escolares, nos currículos, nas práticas pedagógicas cotidianas, nas falas dos professores, na estrutura e na organização institucionais.” (COSTA, MARTINS e SILVA, 2020, p.12)

Diante do exposto, não se poderia deixar de relatar a situação da mulher negra no país, conforme já mencionado, o preconceito racial se configura nas diversas esferas sociais, seja na acessibilidade aos bens e políticas públicas, seja nas perspectivas de trabalho. Ao se utilizar um recorte de gênero, nos deparamos com as interseccionalidades as quais as mulheres negras perpassam em sua vida social, profissional e afetiva.

Para Crenshaw (2004, p.2) o termo interseccionalidade tem relação com a noção de eixos ou

¹⁰ Dados retirados da tabela 1-14, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

ruas que se cruzam, ou seja, ele está relacionado com o cruzamento de discriminações que se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas. A autora expõe que “a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos.” [...] A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. (p. 4)

O uso desse termo propõe explicar o somatório de desafios e preconceitos pelos quais as mulheres negras passam na busca por oportunidades de emprego, de salários, de ascensão social e profissional, como também na acessibilidade a bens públicos e políticas públicas.

Partindo do pressuposto de que o lócus da ciência no Brasil e o exercício o trabalho docente dos mestres e doutores se distribui entre os 41.953 cursos de graduação e 7022¹¹ cursos de pós-graduação *strictu sensu*, conseguimos identificar a distribuição das oportunidades de trabalho existentes no país. Segundo dados da CAPES no período de 2013 a 2016, a distribuição desses cursos de pós-graduação ocorria da seguinte forma: região Sudeste¹², contava com 3178 cursos, na sequência estava a região Sul com 1531, depois a região Nordeste com 1358, região Centro-Oeste com 577 cursos e por fim, a região Norte com 378 cursos.

O que se busca com esses dados e apontar o grande quantitativo de oportunidades de formação acadêmica profissional que existe no país, como também as oportunidades de trabalho para os mestres e doutores interessados em lecionar em cursos de graduação e pós-graduação.

De acordo com os Dados Abertos da Plataforma Sucupira – CAPES ¹³no ano de 2017 a 2020, existiam no país cerca de 378.636 discentes inscritos nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado, público e privado). E, de acordo com a plataforma, no ano de 2016 foram defendidas dissertações e teses de cerca de 80.256 autores diferentes, o que traz a conclusão de que no referido ano, mais de 80.000 pessoas, incluindo mulheres negras, concluíram seus respectivos cursos de mestrado e doutorado.

¹¹Dados coletados pela Plataforma Sucupira considerando os cursos de: mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado acadêmico e doutorado profissional. Disponíveis em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Acesso em 24 jul. 2022.

¹² Grande concentração regional ao se comparar com as outras regiões.

¹³ Dados disponíveis em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/docentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2013-a-2016/resource/a18549a8-7d51-4e61-b39f-061d399e0a4c>. Acesso em 24 jul. 2022.

Após concluírem esses estudos, num viés de interpretação lógica, subentende-se que esses mestres e doutores recém formados, possuirão o desejo de exercerem suas profissões conforme suas áreas de formação acadêmica, lecionando em cursos de graduação e/ou pós-graduação, já que a pesquisa no Brasil se desenvolve, em sua maioria, nas instituições de ensino do país.

Dessa forma, no desenvolver desse raciocínio, podemos identificar algumas informações acerca de como a ciência no Brasil se apresenta no que se diz aos dados estatísticos e reflexivos relacionados com a absorção dessa mão-de-obra científica, principalmente em relação às mestras e doutoras negras.

Dados levantados pelo Censo da Educação Superior – INEP¹⁴, indicam que no ano de 2020, haviam cerca de 2457 instituições de ensino superior públicas e privadas no país, com atuação de cerca de 366.289 docentes em exercício. (Conforme tabela 5)

Na tabela 5 observamos que, numa distribuição por grandes áreas, feita pelo Censo da Educação Superior, no ano de 2020, as áreas com maior concentração de docentes com formação *stricto sensu* são as áreas de Programas Básicos, Ciências Naturais, Comunicação e Informação, Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária; todas elas com demandas direcionadas aos professores doutores. Esse fato, sugere a exigência de profissionais altamente capacitados na atuação em seus respectivos cursos, que de certa forma demonstra a excelência de ensino dessas formações.

Tabela 5- Docentes em Exercício com Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Cursos de Graduação e áreas de atuação, Brasil – 2020

Área Geral do Curso (Cine Brasil)	Percentual de Docentes com Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>		
	Total	Grau de Formação	
		Mestrado	Doutorado
Total (mestrado e doutorado)	83,7	35,2	48,5
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	93,3	23,4	69,9
Artes e humanidades	89,8	30,1	59,7

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24/07/2022.

Ciências naturais, matemática e estatística	97,2	13,0	84,1
Ciências sociais, comunicação e informação	90,8	34,0	56,8
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	86,7	40,4	46,3
Educação	90,5	28,5	62,0
Engenharia, produção e construção	88,4	35,5	52,9
Negócios, administração e direito	79,2	46,7	32,5
Programas básicos	98,4	7,9	90,5
Saúde e bem-estar	81,8	34,1	47,6
Serviços	77,8	41,5	36,3

Fonte: Censo da Educação Superior - Inep/MEC-2020 ¹⁵

De posse desse levantamento, faz-se necessário aprofundar a reflexão acerca do perfil desses docentes das Instituições de Ensino Superior do país. Mencionar apenas que essas grandes áreas (tabela 5) demandam do docente uma formação acadêmica mais profunda, é desconsiderar a realidade a qual esses docentes enfrentam em suas formações acadêmicas para alcançarem esses níveis de formação.

A luz do já exposto, surgem alguns questionamentos de grande reflexão: Quem seriam esses docentes doutores? Em quais áreas seriam suas formações acadêmicas nos diversos níveis? Regionalmente como se “especializa” essa distribuição dos docentes? E a instigante pergunta, - Como se dá a formação acadêmica numa perspectiva racial e de gênero e como ela se distribui dentro dos grupos de docentes no país? Algumas dessas questões estão sendo discutidas no decorrer desse texto.

Numa perspectiva de trabalho docente, identificamos conforme dados levantados pelo Censo da Educação Superior –INEP, que no ano de 2020, nas Instituições de Educação Superior do Brasil, o perfil dos docentes nas categorias administrativas pública e privada era

¹⁵ Dados coletados disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-pos-graduacao-stricto-sensu>. Acesso em 24 jul. 2022

predominantemente do sexo masculino e com faixa etária de 39/40 anos¹⁶. Ou seja, as oportunidades de trabalho no exercício da docência em IES no país, não permitiam a paridade de gênero, predominando nesses espaços de ciência a reprodução do sistema, uma lógica de atuação patriarcal branca. (Conforme tabelas 6, 7 e 8)

Tabela 6– Quantidade de docentes em exercício em IES por gênero -2020

Total	Feminino	Masculino
366.289	171.192	195.097
100%	46,7	53,2

Fonte: Censo da Educação Superior –Inep/MEC- 2020¹⁷

Tabela 7– Quantidade de docentes em exercício em IES e formação acadêmica -2020

Total	Sem graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
366.289	77	3.628	53.110	131.545	177.929
100%	0,02	0,99	14,49	35,91	48,57

Fonte: Censo da Educação Superior –Inep/MEC- 2020¹⁸

Tabela 8- Quantidade de docentes em exercício em IES e raça/cor declarada- 2020

Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada
366.289	199.374	7.994	54.367	3.763	464	100.327
100%	54,4	2,2	14,8	1	0,1	27,3

Fonte: Censo da Educação Superior –Inep/MEC-2020¹⁹

¹⁶ Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

¹⁷ Dados coletados da tabela 2_4, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

¹⁸ Dados coletados da tabela 2_4, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

¹⁹ Dados coletados disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

Diante do exposto, podemos identificar que o ambiente acadêmico de ensino superior possui uma realidade marcada pela presença de profissionais docentes doutores homens brancos. A presença de pessoas negras (somatório de pessoas pretas e pardas) nesses locais está muito aquém do que se poderia pensar em equidade racial. Como seria possível então, as oportunidades de trabalho e produção de ciência por parte das mestras e doutoras negras, se o ambiente de sua produção não as contempla?

Vieira (2016) defende a ideia de que o movimento negro é o grande articulador desse debate pois ele contribui para a compreensão das várias lógicas e dos diversos mecanismos que são usados de forma deliberada contra a população negra e os povos indígenas.

O debate sobre as cotas²⁰ para negros e indígenas pôde evidenciar que este regime de privilégios da cor está longe de valores defendidos por quem critica a ação. Individualismo, meritocracia e êxito pessoal são valores que continuam a encobrir desigualdades sustentadas por “privilégios de cor”. [...] Não se trata, evidentemente, de estigmatizar não-negros, nem responsabilizá-los, porém é mister promover ações que asseguram a igualdade e reconheçam a diferença. [...] As cotas expõem regimes de privilégios regidos pela cor. Os “privilégios da cor” permaneciam intocáveis nas universidades brasileiras. (VIEIRA, 2016, p.2)

Deve-se somar a essa necessidade de autocrítica científica, o papel do Estado e a importância das políticas públicas promovidas por ele, na tentativa de diminuição das interseccionalidades vividas pelas docentes negras no país. Faz-se necessário um olhar atento acerca das diversas formas de opressão pelas quais essas mulheres vivenciam no decorrer de suas trajetórias acadêmicas.

Costa, Martins e Silva (2020, p.5), entendem que o Estado se apresenta como configurador da exclusão social e racial, uma vez que seus equipamentos públicos e ações não atingem a parcela da população que mais necessita desses serviços básicos, sendo saúde e educação os principais deles. Eles destacam que quando essa acessibilidade acontece, se dá de forma precária, marcada por problemas de ordem diversa, como a falta de investimentos para a universalização desses serviços.

Os autores destacam que essa negativa por parte do Estado corrobora para o que Foucault reflete

²⁰ Vieira (2016, p.2)) destaca que “Diferentemente da larga experiência de adoção de ações afirmativas para inúmeros grupos sociais, ao longo de muitas décadas, é apenas quando tais políticas são conquistadas pelos movimentos sociais e estendidas à população negra [...]”

acerca das diversas mortes em que o negro é submetido, seja efetivamente pela morte física, seja pela falta de acesso à educação, saúde, lazer, aos espaços de política e poder econômico, impossibilitando a construção de sonhos e a construção de sua própria identidade sem a necessidade de busca pela aproximação ao padrão do branco. (Costa, Martins e Silva, 2020, p.7)

Considerações Finais

Muito longe de se propor alguma conclusão acerca do trabalho docente das mestras e doutoras negras no Brasil, consideramos nesse texto, como análise parcial, pois a pesquisa esta em andamento, que reflexões ainda precisam ser feitas divulgadas. Tratar dos assuntos de equidade de gênero e racial nos espaços acadêmicos significa propor a todos os envolvidos no processo educativo, uma visão crítica de suas práxis.

O pouco que se tenta, ou que se consegue avançar, no sentido da promoção da equidade racial no Brasil com a institucionalização das ações afirmativas, e mais precisamente com a criação do sistema de cotas raciais no Brasil, acaba por ser fragilizado, sistematicamente, por políticas de governo²¹, que variam de acordo com os interesses de cada gestão.

A fragilidade que se instaura nessas políticas públicas, acaba que torna ainda mais difícil as trajetórias perpassadas pelas mulheres negras no que se refere às suas ascensões sociais no campo da educação e do trabalho. De que adianta promover parcialmente suas acessibilidades em cursos de formação superior, se as mulheres negras não possuem a oportunidade de (re)produzirem seus conhecimentos nos espaços acadêmicos, como docentes pesquisadoras. Ter apenas um diploma de graduação e/ou um título de mestra e/ou doutora não significa que essas mulheres negras irão conseguir exercer suas profissões conforme titulação e muito menos conseguirão ascender economicamente nesses espaços acadêmicos.

Assim, a ciência que é produzida atualmente no Brasil, ainda tem muito que avançar no sentido de considerar as contribuições, a participação efetiva, bem como as reflexões acerca da autocrítica de seu ambiente de poder, no que se refere à promoção/ divulgação da produção

²¹ Em 2022 existe a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR que está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e que por sua vez, recebe orçamentos cada vez mais reduzidos, fato este que dificulta colocar em prática suas propostas e que conseqüentemente poderá levar à sua extinção total. “Entre os pontos comuns às respectivas pastas, podemos citar, a título de exemplo, a questão das mulheres, quando atuamos, de maneira incisiva na superação do racismo e na inclusão das mulheres negras no mercado de trabalho, considerando que, de acordo com as pesquisas, as mulheres e a população negra são os segmentos mais vulneráveis à discriminação.” (GOMES, 2016, p.14)

científica e absorção no mercado de trabalho por parte das docentes negras.

Referências

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php>. Acesso em 13 ago. 2022.

BRASIL. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Dados abertos CAPES.** Brasília. Capes, 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>. Acesso em 24 jul. 2022.

BRASIL. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Dados abertos CAPES.** Brasília. Capes, 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/35eab2f8-5a64-4619-b3f1-63a2e6690cfa/resource/a18549a8-7d51-4e61-b39f-061d399e0a4c/download/br-capes-colsucup-docente-2013-2021-03-01.xlsx>. Acesso em 24 jul. 2022

BRASIL. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Dados abertos CAPES.** Brasília. Capes, 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2017-a-2019/>. Acesso em 24 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados abertos - Indicadores educacionais.** Brasília. Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-pos-graduacao-stricto-sensu>. Acesso em 03 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior.** Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24 jul. 2022.

COSTA, Aline Pereira da; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; SILVA, Heloíse da Costa. Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 25, p. 1-22, 21 out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782020250043>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8dCVDDgWxGdykbWLxXWfWbz/?lang=pt>. Acesso em 30 jul. 2022

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Apresentação. IN: Santos, Kátia Regina da Costa; SOUZA, Edileuza Penha de. **SEPPIR –PROMOVENDO A IGUALDADE RACIAL:** para um Brasil sem

racismo. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-a-discriminacao/politica_publica/seppir_-_promovendo_a_igualdade_racial_para_um_brasil_sem_racismo_1.pdf?download=0. Brasília, 2016, p.20-34. Acesso em 08 ago. 2022.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. As cores da desigualdade. In: BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Retratos**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 11, p. 1-25, maio 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, Lucídio & MACHADO, Ana Maria N. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 13 – 27.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Resistências – Políticas de ação afirmativa no ensino superior: para além das cotas. 2016.** Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/resistencias-politicas-de-acao-afirmativa-no-ensino-superior-para-alem-das-cotas>. Acesso em 05 ago. 2022